

**ESTADO E EDUCAÇÃO NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL:
EFEITOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

José Euriques de Vasconcelos Neto¹ (PPGED/ UFCC)

Antônio Lisboa Leitão de Souza (PPGED/UFCC)

1. Introdução

A década de 1990 foi marcada, no Brasil, como um período de mudanças políticas e profundas transformações na educação, influenciadas pelos ideais neoliberais. A forte pressão da ofensiva neoliberal atingiu a educação brasileira por meio de reformas que atendiam as recomendações do Consenso de Washington que, de acordo com Saviani (2013), referem-se a um programa de desregulação dos mercados, aberturas das economias nacionais, além de rigoroso equilíbrio fiscal a ser alcançado por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias, intermediadas por profundos cortes nos gastos públicos.

Assim, a escola pública passa a ser “gerenciada” através da lógica de mercado de forma mais profunda, por meio de estratégias fundamentadas nas categorias expressas pela teoria do capital humano, tais como: sociedade do conhecimento, qualidade total, competitividade, formação abstrata e polivalente, flexibilização e trabalho integrado.

Para Frigotto (1995), tanto a educação voltada para formar e adequar trabalhadores às características acima e a integração econômica, estão subordinadas aos interesses do mercado e do capital. Portanto, estão estruturadas na lógica da diferenciação, segregação, segmentação e da exclusão.

Por outro lado, o discurso de desenvolvimento de competências, redução das desigualdades sociais por meio de um currículo comum, educação de qualidade, equidade, etc, acompanham essa concepção de educação. Este discurso nada tem de formação humana, mas mascara a verdadeira intencionalidade do controle do mercado sobre a educação e a retomada da teoria do capital humano.

Assim, sob a égide de uma ordem econômica desigual e que estimula a competição entre os indivíduos, a busca pelo lucro e maximização dos resultados e minimização de gastos públicos, a educação regulada pelo gerencialismo produz desigualdades entre os trabalhadores

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

e conduz a uma profunda exclusão. Em consequência destes arranjos são implementados aparatos voltados ao alcance de índices de produtividade e à redução de custos para a educação, atingindo diretamente e de formas variadas as condições e relações do trabalho docente.

Essas ações incorrem no processo de precarização do trabalho docente mediante as baixas retribuições salariais, flexibilização das formas de contratação e na incorporação do trabalhador da educação na lógica da empregabilidade e da polivalência. Além disso, os baixos valores destinados à educação atingem também as condições dos estabelecimentos de ensino em suas estruturas físicas, que muitas vezes não ofertam um ambiente propício para a atividade pedagógica. Também há a carência de materiais didáticos que limitam a prática pedagógica e o processo de aprendizagem do aluno.

Outro fenômeno bastante interessante, e que pode ser um dos efeitos do neoliberalismo na educação escolar é o processo de nucleação e fechamento de escolas públicas, principalmente daquelas localizadas nas zonas rurais.

De acordo com o Data Escola Brasil (2014) citado por Rodrigues et.al (2017), o estado da Paraíba apresentava em 2009 um quadro de 3.621 escolas rurais, diminuindo este número para 3.055 no ano de 2012. Portanto, no período que corresponde a 2009 a 2012 foram fechadas 506 escolas rurais em todo o estado.

Diante disso, temos como questionamentos centrais da nossa pesquisa: o fechamento de escolas públicas resulta do processo de racionalidade econômico-financeira e da redução do Estado? Esse processo expressa o discurso da otimização da oferta educacional? A organização da educação municipal influi no processo de fechamento das escolas situadas na zona rural? Diante desse processo como é garantido o direito à educação?

2. Metodologia

Para analisar o processo de fechamento de escolas localizadas na zona rural do município de Solânea-PB, nos apoiaremos no Materialismo Histórico a fim de apreender as contradições desse fenômeno. Utilizaremos ainda como categorias de historicidade e totalidade.

Como procedimentos metodológicos serão feitas análise de documentos produzidos no processo de fechamento das escolas. Também serão feitas entrevistas semiestruturadas com os

secretários de educação e gestores das escolas, com o objetivo de compreendermos os motivos que levaram ao fechamento dos estabelecimentos escolares, bem como entender qual o papel desempenhado pela gestão municipal e quais as ações desenvolvidas em todo o procedimento.

3. Considerações Finais

A compreensão de que a educação é uma prática social que é constituída e constituinte da sociedade, que ela é o reflexo das relações sociais, reprodutora de desigualdades e ao mesmo tempo produtora dessas relações, mas que, também é por meio dela que se pode alcançar a transformação social, a formação de uma sociedade democrática e socializada deve estar presente em nossa concepção de educação, pois ela é um dos meios para superação da estrutura educacional do Brasil.

Para tal, se faz necessária a ampliação da esfera pública, sobretudo no campo educacional a fim de democratizar o ensino. Democratizar o acesso ao ensino público significa a “participação normal em um complexo de direitos fundamentais dos cidadãos; a garantia da diferenciação interna do sistema educacional a fim de ampliar funções educacionais das diversas comunidades e a abolição da seleção educacional por meio de privilégios” (SILVA, 2005, p. 84).

Para isso, a educação deve ser concebida como possuindo um caráter histórico da atividade humana, nas relações da produção econômica, política e social, e desta forma, contribuindo para a transformação social, pois “a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação” (SAVIANI, 2011, p. 80).

A democratização do ensino e da sociedade é uma via de mão dupla, uma não haverá sem a outra. Neste sentido, a democratização da escola deve ser articulada no acesso, permanência, sala de aula e na gestão democrática, através participação dos professores, alunos e funcionários nas decisões. Outra forma de democratizar a gestão escolar é a formação de conselhos escolares, associação de pais e mestres, etc.

Segundo Chauí (2012), não há democracia sem o diálogo, sem considerar os conflitos. Por isso, faz-se importante uma gestão democrática que vá além do mero gerencialismo, mas que amplie o controle social sobre os recursos descentralizados. A democratização da gestão

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



se efetivará através de políticas que facilite o controle social do Estado por parte da sociedade civil, (PARO 1986 *apud* MAFASSIOLI, 2015).

Para que seja efetivada essa concepção de escola democrática com maior participação da sociedade civil, é necessário disputar o “controle hegemônico do progresso técnico, do avanço do conhecimento e da qualificação, arrancá-los da esfera privada e da lógica da exclusão e submetê-los ao controle democrático da esfera pública para potenciar a satisfação das necessidades humanas” (FRIGOTTO, 1995, p. 139).

O processo de democratização da educação demanda esforço reflexivo, lutas e embates ideológicos. É uma disputa que se constitui no campo da política e da economia para a adequação social. Como vimos, a educação é produto social, mas também é meio para a transformação e superação do modo de produção social capitalista.

Devemos buscar uma concepção de educação que não se limite à qualificação humana subordinada ao capital, à busca do lucro, como forma de adestramento dos filhos dos trabalhadores para o trabalho estratificado. Afinal, “os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção” (HOBSBAWN, 1992 *apud* FRIGOTTO, 1995, p. 173).

Para superar o modelo educacional aos moldes neoliberais, é necessário não apenas ampliar o tamanho do Estado na esfera pública, mas sim, construir caminhos e formas efetivamente mais democráticas de financiamento e gestão da educação.

4. Referências

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária**. Comunicação & Informação, V.5, n.2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

FRIGOTTO, Galdêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v.5, n.12, 2015.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; MARQUES, Dayana Ferreira; RODRIGUES, Adriège Matias; DIAS, Gilvania Lima. Nucleação de escolas no campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores associados, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Andréia Ferreira da. Florestan Fernandes e a educação brasileira. In: FÁVERO, Osmar. (Org). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.